

PORTUGUÊS – PASSAPORTE PARA NOVOS MUNDOS: UMA VERSÃO BRASILEIRA¹

Norimar Júdice²

Regina Lúcia Péret Dell’Isola³

Universidade Federal de Minas Gerais

Há quase 500 anos, navegando por mares nunca dantes navegados, em diversas direções, o português aportou ao Brasil. No solo tropical, esta língua plástica e agregadora deitou raízes profundas e fortes, adquiriu matizes próprios e produziu frutos saborosos, dos quais nossa literatura constitui amostra que deve ser provada. Em português, hoje, se expressam 180 milhões de brasileiros, contingente que somado àquele dos demais países lusófonos chega a mais de 200 milhões de falantes.

No limiar do século XXI, navegando nas águas da tecnologia que possibilita a superação das barreiras de espaço e de tempo, os seres humanos têm a possibilidade de estabelecer comunicação numa fração diminuta de tempo. Entretanto, povos que, em curto espaço de tempo, viram suas possibilidades de descobrir, criar e

¹ Este trabalho foi apresentado no I Congresso de Português Língua Não-Materna em 21 de outubro de 1999, na cidade de Lisboa-Portugal.

² Professora Adjunto de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras/UFF e Coordenadora do *Programa Português para Estrangeiros* da Universidade Federal Fluminense – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil; membro da Comissão Técnica do *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS)*.

³ Professora Adjunto de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da UFMG e Coordenadora do *Programa de Português para Estrangeiros* da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil; membro da Comissão Técnica do *CELPE-BRAS*.

produzir multiplicarem-se, continuam, muitas vezes, com limitadas possibilidades de ouvir o outro e de dizer para o outro, desconhecendo até grupos humanos situados em espaços bem próximos, porém inscritos em outras línguas e universos culturais.

O conhecimento das línguas e culturas de outros povos poderia contribuir, em todos os quadrantes do mundo, para promover uma real comunicação e (quem sabe?) a aproximação entre os homens, neste fim de século conturbado.

Se há línguas amplamente divulgadas, que constituem ricos mananciais (informativos, científicos, literários, etc) outras há, também faladas por milhões, em diferentes continentes, que só lentamente vêm ganhando espaço e trazendo a lume patrimônios culturais igualmente importantes. Este é o caso do Português, língua de muitos temperos e sabores. Seu aprendizado vem, pouco a pouco, despertando o interesse de falantes de outras línguas.

Em um mundo no qual intercâmbios econômicos e políticos têm se multiplicado de forma acelerada, em que “globalização” é a palavra de ordem, a necessidade de se aprender e de se comprovar o conhecimento de uma língua estrangeira é cada vez mais freqüente. O conhecimento da(s) língua(s) e da(s) cultura(s) do(s) outro(s) funciona como passaporte que dá ingresso a novos espaços.

Nesse quadro, merece nossa atenção não só a ampliação e a consolidação da rede de ensino de português em todo o mundo, mas também a criação de um sistema confiável de certificação do português, como os que existem, para outras línguas. Os testes de verificação de nível de conhecimento de nossa língua funcionam como uma espécie de passaporte buscado por muitos estrangeiros que desejam trabalhar ou estudar em países lusófonos, que neles pretendem se fixar por algum outro motivo ou que, vivendo em seus próprios países, mantêm relações de natureza vária com nossos povos.

No quadro de uma política de difusão de língua que se pretenda ágil e sintonizada com nosso tempo, buscar um sistema eficaz de certificação em Língua Portuguesa para estrangeiros representa um desafio de monta, já aceito por Portugal e pelo Brasil.

O exame para obtenção do Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-BRAS, instituído pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e implementado com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, constitui a proposta oficial brasileira nesse sentido.

Participando, desde 1998, da Comissão Técnica do CELPE-BRAS, presidida pelo Prof. Dr. Francisco Gomes de Mattos, abordaremos, em nossa exposição, o objetivo, a trajetória, o perfil da população-alvo, a estrutura e as características do exame, o treinamento para aplicação e avaliação e os níveis de certificação instituídos.

1. Objetivo

O objetivo dos exames CELPE-BRAS é avaliar a competência de uso oral e escrito da língua portuguesa, em sua variedade brasileira, por meio da realização de tarefas comunicativas pelo candidato.

2. Trajetória

Em novembro de 1998, reuniram-se em Brasília os ministros da educação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe para aprovar um plano de ação para cooperação educacional entre os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre as ações constantes no plano está o reconhecimento, pelos sete países citados, da instituição do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-BRAS, cuja primeira aplicação havia acontecido em abril daquele ano.

É possível que esse tenha sido um marco na história de um projeto antigo de profissionais da área de Português Língua Estrangeira (PLE) que visavam ao preenchimento de uma lamentável lacuna: a ausência de um exame que avaliasse de forma padronizada a proficiência do português por falantes de outras línguas. Já em 1980, o então coordenador de Cooperação Internacional da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura (CAPES-MEC), Prof. Luiz Cassemiro dos Santos havia idealizado um projeto em que se almejava a criação de um exame dessa natureza. Entretanto, só em 1993, o referido professor recebeu do Ministro da Educação e do Desporto, Murílio Hingel, a missão de compor uma comissão para elaborar o teste de português para estrangeiros para a obtenção do CELPE-BRAS. Através da Portaria 101 de 7 de junho de 1993 (combinada com as Portarias nº 128, de 14/07/93 e nº 179, de 03/09/93) da Secretaria de Educação Superior – SESu (Secretário: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz), constituiu-se a referida comissão que, além de elaborar o exame, recebeu a incumbência de “administrar a aplicação, proceder à avaliação, credenciar instituições para a emissão do Certificado de Proficiência de Língua Portuguesa para Estrangeiros e ainda assessorar a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto nas questões relacionadas ao ensino de Português para Estrangeiros“ (Portaria 500 de 07/04/94).

A primeira reunião da comissão ocorreu em Brasília e teve como objetivo deliberar sobre as ações necessárias à elaboração do referido exame. As discussões iniciais versaram sobre as motivações para um certificado oficial do MEC de proficiência de Português como língua estrangeira; a população-alvo; a natureza do exame; o significado de “proficiência”; o papel da cultura brasileira num exame desta natureza. Além disso, o processo de elaboração do exame incluiu teste-piloto, tratamento estatístico para definir a validade e a confiabilidade do teste e a formação de pessoal para a aplicação.

Em 26 de dezembro de 1994, o Ministro Murílio Hingel assinou a Portaria 1.787, que instituiu o CELPE-BRAS a ser conferido em dois níveis: parcial (Primeiro Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa) e pleno (Segundo Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa).

De 1994 a 1997 concluiu-se a padronização do exame e iniciaram-se novas etapas que envolviam a administração das futuras aplicações, o estabelecimento dos critérios relativos à avaliação, o

credenciamento de instituições para a aplicação e emissão do CELPE-BRAS e a assessoria à SESu nas questões relativas ao ensino de Português para Estrangeiros.

3. População-alvo

A população a que o exame se destina constitui-se de estrangeiros aloglotas maiores de 16 anos, com escolaridade mínima equivalente ao ensino fundamental. Também podem inscrever-se para realizar o exame brasileiros com dupla cidadania e estrangeiros com cidadania brasileira.

Nesse universo, já se candidataram, por exemplo, funcionários de governos e de empresas privadas estrangeiras estabelecidas no Brasil; estudantes e professores; candidatos ao Programa Estudante Convênio – graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG); profissionais liberais; donas de casa; artistas plásticos, dentre outros.

Em geral, a principal razão que os levaram a se submeter ao teste foi a necessidade de comprovarem seu nível de conhecimento na língua portuguesa.

4. Características

Elaborar um exame de proficiência é uma tarefa complexa, pois este tipo de teste visa a avaliar um público variado, que busca certificação com objetivos diversificados. Além disso, testes dessa natureza são aplicados em muitos países e por muitos professores. A tarefa de elaboradores e avaliadores constitui exercício de consciência, coerência e consistência. Os profissionais que executam uma tarefa dessa natureza devem ter consciência da abordagem selecionada (seus fundamentos e os procedimentos que a caracterizam), devem utilizar instrumentos coerentes com a perspectiva adotada e devem ainda determinar critérios de avaliação consistentes a essa proposta.

Um primeiro ponto sobre o qual elaboradores de exames de proficiência devem refletir é aquele da abordagem que orientará o trabalho, ou seja, que pressupostos relativos à natureza da linguagem e do processo de ensino-aprendizagem irão norteá-los em sua empresa. Aqueles que concebem linguagem como um atividade de interação e o processo de ensino-aprendizagem da língua–não materna como uma construção de conhecimento, em variadas situações de comunicação, que dá oportunidade para que os aprendizes ajustem seus textos a contextos variados, devem ter um sistema de avaliação compatível com esta prática.

Avaliar, nesse caso, é observar como o candidato interage em diversas situações não ensaiadas e semelhantes àquelas da vida real que favorecem um desenvolvimento imprevisível da linguagem. É verificar se o candidato usa a língua – não materna adequadamente em textos orais e escritos produzidos no desenvolvimento de tarefas com propósitos comunicativos, contextos bem definidos e, além disso, elaboradas a partir de material autêntico, ou seja, não simplificado. Na execução dessas tarefas, as habilidades de compreender e de produzir textos orais bem como as de ler e escrever seriam ativadas de forma integrada. A avaliação também deve ser integradora. Nas respostas, devem ser observadas as escolhas de linguagem feitas pelo candidato na execução das tarefas propostas.

Vale lembrar que, para serem funcionais, essas tarefas devem dizer respeito a temas universais; devem estar inscritas em contextos de comunicação relevantes; devem apresentar enunciados claros, que permitam aos examinandos perceberem nitidamente seus objetivos. Dessa forma, a própria tarefa estabelece os parâmetros de avaliação. Partindo-se do pressuposto de que, além de terem sido escolhidos contextos relevantes para as tarefas, foi apresentada proposta clara, a avaliação deve ter por parâmetros todos os elementos de adequação a essa proposta.

Há três requisitos importantes para a elaboração de qualquer instrumento de avaliação: praticabilidade, confiabilidade e validade.⁴

⁴ BROWN,1987, apud LOMBELLO, 1993.

O primeiro leva em conta os custos, a duração, os recursos técnicos envolvidos na execução, a facilidade da correção. O segundo considera que um teste deve apresentar resultados similares para sujeitos similares, sendo importante assegurar as mesmas condições de aplicação a todos os examinandos. Além disso, deve haver cuidado extremo no preparo dos professores avaliadores e especificação clara dos procedimentos de avaliação. O terceiro destaca a importância de que o exame seja uma amostra representativa do que se pretende avaliar e tenha uma validade similar a de outros instrumentos de avaliação.

Considerados esses requisitos, um “teste comunicativo” seria aquele que ressaltaria, numa perspectiva integradora, “o uso da linguagem em situações comuns em que o indivíduo emprega sua competência lingüística e metalingüística, através de habilidades de desempenho.”⁵ Assim, conforme afirma Lombello,⁶ o exame comunicativo é muito mais qualitativo que quantitativo e os resultados devem ser apresentados em escalas de faixas de proficiência que delineiam perfis de rendimento, explicitando o que o candidato executa ou não em diferentes tipos de atividades que envolvem compreensão de linguagem escrita e linguagem falada.

Caroll⁷ classifica os testes em duas categorias amplas: testes “hard”, com ênfase na precisão, objetividade e fiabilidade, e testes “soft” que valorizam a cooperação do utilizador, a subjetividade e os modelos de avaliação holísticos. Julga mais úteis aqueles que integram os dois tipos de características. Uma prova é boa na medida em que se presta bem à diversidade de sujeitos que a procuram, desempenhando corretamente seu papel.

Scaramucci⁸ destaca alguns pontos relevantes relativos à avaliação de um exame comunicativo. Para a autora, é preciso

⁵ CAROLL, 1968, apud LOMBELLO, 1993.

⁶ LOMBELLO, 1993. p.34.

⁷ CAROLL, 1993. p.63.

⁸ SCARAMUCCI in ALMEIDA FILHO, 1995.

buscar a validade do exame, sem perda da confiabilidade; é importante o emprego de critérios de correção qualitativos e holísticos, como também são importantes o detalhamento dos objetivos e a definição do nível de desempenho esperado; e, finalmente, é fundamental a explicitação dos resultados em descritores de competência e desempenho, faixas ou escalas que mostram o que cada candidato é capaz de fazer. Entretanto, cada tarefa tem um objetivo muito claro e também um aspecto saliente, com um peso maior, o que a distingue das demais. Desta forma, juntamente com os elementos qualitativos são usados procedimentos quantitativos, sob a forma de pesos para cada um dos itens.

5. Estrutura do exame e treinamento de pessoal

No CELPE-BRAS, um único exame testa os dois níveis de proficiência. O exame divide-se em duas partes, uma coletiva e uma individual.

A parte coletiva, desenvolvida em 2h (duas horas), realiza-se simultaneamente pelos candidatos em todo mundo. Essa parte compõe-se de tarefas que abarcam compreensão de texto escrito e oral e produção escrita em que são utilizados textos impressos e gravados em áudio e vídeo – de modalidades distintas e com modo de organização diversificado. As provas escritas são corrigidas no MEC, em Brasília, sob supervisão direta da Comissão Técnica.

A parte individual, com duração total de 20' (vinte minutos), consiste em interação face a face do candidato com o entrevistador (gravada em áudio ou vídeo). Desenvolve-se em três etapas: a primeira é uma entrevista com base em um questionário preenchido, no momento da inscrição, pelo candidato; a segunda consiste em expressão oral do avaliando, a partir de um elemento provocador (*cartoon*, quadrinhos, publicidade, foto etc.); a terceira consiste em situações que se aproximam daquelas vividas no cotidiano. Nessa etapa, o candidato, interagindo com o avaliador, tem oportunidades de fazer solicitações, dar instruções/conselhos, descrever, narrar, desculpar-se/justificar-se, reclamar.

A avaliação da parte individual (interação face a face) é feita, na própria instituição credenciada na qual o candidato realizou o exame, por um professor entrevistador e um professor observador.

Para aplicar a parte coletiva e individual do exame e para avaliar a parte que envolve interação face a face, são treinados, pela Comissão Técnica, em Brasília, professores das instituições brasileiras e estrangeiras credenciadas. Ao retornarem para sua instituição, os aplicadores/avaliadores podem atuar como multiplicadores, ampliando progressivamente suas equipes, desde que cada profissional que se candidate ao treinamento a ser ministrado por eles tenha experiência consistente no ensino de Português para falantes de outras línguas.

Objetiva-se é ampliar progressiva e criteriosamente as equipes de professores aplicadores / avaliadores dos exames CELPE-BRAS.

6. Pontos relevantes na avaliação

Uma observação atenta do contexto de comunicação e dos fatores de textualidade das produções escritas auxiliará o avaliador a analisar consciente, coerente e consistentemente a produção dos candidatos na execução das tarefas comunicativas propostas.

6.1. Parte coletiva

O objetivo da parte coletiva do exame é o de avaliar – na situação em questão – a competência comunicativa do candidato, tomando por base sua compreensão e sua produção escrita, a partir de textos de modalidades distintas. Espera-se do candidato a realização das tarefas propostas, envolvendo leitura ativa desses textos seguida de composição textual com modos de organização variados elaborada em Português do Brasil.

O avaliador, após observar se o candidato leu produtivamente a proposta da tarefa e os textos orais e/ou escritos que a integram, e depois de verificar se executou a atividade comunicativa solicitada

no contexto sugerido, integrando habilidades e produzindo um texto na modalidade adequada para interagir na língua-alvo, deve analisar, em profundidade, os recursos empregados pelo candidato, verificando se foi capaz de: comunicar-se, expondo pontos de vista e argumentos ; elaborar texto com modo de organização adequado para a tarefa proposta; usar o registro apropriado à situação configurada na tarefa; empregar recursos lexicais e gramaticais que propiciem a explicitação clara do raciocínio; seguir as diretrizes gerais relativas ao código escrito da língua, que contribuem para dar clareza e correção ao texto: paragrafação, pontuação, grafia, dentre outras.

6.2. Parte individual

O objetivo da parte individual do exame é o de avaliar – na situação em questão – a competência comunicativa do candidato, tomando por base sua compreensão e produção oral, ao interagir, em Português do Brasil, com a entrevistador, nas atividades propostas.

Durante a realização desta etapa do exame, o professor avaliador, com base na grade de correção, observa o desempenho do candidato, atentando para a fluência, pronúncia, competência interacional e estratégica, adequação gramatical e lexical.

7. Níveis de certificação

Os candidatos ao Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros, após a realização do exame, podem ser enquadrados em dois níveis de proficiência: o básico – que lhes confere o Primeiro Certificado; o pleno – que lhes dá direito ao Segundo Certificado.

Primeiro certificado: reflete uma competência comunicativa básica, caracterizada pelo domínio operacional da língua portuguesa limitado às atividades que não exigem interação escrita e oral complexas.

Nesse caso, o candidato evidencia conhecimento básico do português, compreendendo e produzindo textos orais e escritos com relativa adequação e fluência, ou seja, demonstrando habilidade de

compreender e produzir uma variedade limitada de textos orais e escritos. Embora ainda apresente alguns problemas de ordem lingüística que não comprometem a comunicação, o candidato demonstra capacidade limitada a atividades que não exigem um domínio amplo da língua escrita ou a participação em interações orais complexas

Segundo certificado: reflete autonomia no uso da língua portuguesa, caracterizada pelo domínio operacional da mesma, compreendendo atividades que exigem interação escrita e oral complexas.

Nesse caso, o candidato demonstra domínio operacional amplo do português, compreende e produz textos orais e escritos com adequação e fluência. Mesmo apresentando esporadicamente falhas que não interferem na comunicação, o candidato interage na língua-alvo em qualquer situação, inclusive naquelas que implicam compreensão e redação de textos complexos e argumentação oral.

Sem certificação: fica sem certificação o candidato que não consegue interagir por meio do texto escrito e/ou oral, não realizando a contento as tarefas comunicativas propostas. Seu texto apresenta interferência importante da língua materna e inadequações numerosas e sistemáticas em todos os planos.

Os resultados são divulgados no Diário Oficial da União e os certificados são enviados para os centros aplicadores, que os remetem para os aprovados.

8. Resultados da primeira e da segunda aplicações do CELPE-BRAS

A primeira aplicação do exame CELPE-BRAS, que teve 141 candidatos inscritos (e 125 examinados), ocorreu em abril de 1998. Dela, participaram, no Brasil, cinco universidades públicas situadas no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Portanto, os centros de aplicação, ficaram bem distribuídos pelo território nacional (regiões centro-

oeste, sudeste, nordeste, sul). No exterior, foram três as instituições credenciadas para a primeira aplicação do CELPE-BRAS: uma na Argentina, outra no Uruguai e uma terceira no Paraguai.

No ano de 1999, teve lugar a segunda aplicação, nos dias 1 e 2 de julho. Naquela aplicação, os exames, no Brasil, já foram realizados em 12 instituições, pois foram credenciadas novas unidades de ensino superior governamentais e particulares nos estados de Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Paraná, Santa Catarina. No exterior, aos centros aplicadores situados nos três países já mencionados acrescentaram-se outros quatro localizados no Equador, Peru, México, Alemanha. O número de inscritos na segunda aplicação do exame foi de 277 (271 realizaram o exame).

A terceira aplicação do CELPE-BRAS acontecerá nos dias 4 e 5 de novembro de 1999, em 14 universidades brasileiras e em 10 centros no exterior e já se inscreveram 1.100 candidatos.

9. Avaliação como ponto final?

No cotidiano de nossos cursos, como professores de Português Língua não materna, enfocamos avaliação sobretudo como um agir continuado, em profundidade e no plano do indivíduo. Como diálogo.

Ao passarmos a abordar a avaliação em testes padronizados de proficiência destinados a um grande e heterogêneo público, nosso universo se amplia de forma significativa: são centenas de candidatos de nacionalidade, língua, cultura, idade, sexo, profissão, nível de escolaridade, experiências de aprendizado da língua-alvo diferentes.

Não há mais o contato direto e contínuo do professor/avaliador com o aprendiz, nem tampouco com o conjunto de textos de cada aluno. Na situação dos testes de proficiência, o processo de avaliação se dá num contato, indireto e episódico, entre a banca e os candidatos e com a análise de uma amostragem de textos orais e escritos produzida por cada um na realização das tarefas propostas

no exame. Ressalte-se que, nos exames de proficiência, o universo de textos que chega até a banca constitui o produto da prática da rede de ensino que atua na área de PLE.

Diante da impossibilidade de contato prolongado e pessoal com o candidato, as bancas de elaboração e correção trabalham com uma perspectiva de aprendiz que é um autor-implícito, uma construção teórica baseada nas expectativas geradas pela experiência desses professores. Também para o candidato há uma construção teórica, a do avaliador, interlocutor-implícito, erigida a partir de sua vivência escolar.

Se não há, portanto, interlocução direta entre banca e candidatos em que nível ocorre de alguma forma a interação? Será que a avaliação, nessas circunstâncias, passa de etapa intermediária a ponto final?

Diríamos que não. A banca, ao explicitar os parâmetros segundo os quais as provas foram elaboradas e serão avaliadas, torna possível o estabelecimento de interlocução com os agentes sociais (professores e instituições) interessados nesses exames. Esses últimos passam a discordar, concordar, interferir produtivamente, visando ao constante aprimoramento dos parâmetros em utilização no exame de proficiência.

É ponto pacífico que os testes de massa influenciam a prática docente e as diretrizes do ensino. Dessa forma, ao explicitarmos nossos critérios, a modalidade de avaliação pela qual optamos e as práticas docentes de língua estrangeira que endossamos, estamos também interagindo com a tradição estabelecida nos cursos de PLE e abrindo espaço para que sejamos avaliados.

10. Conclusão

Ao conferir um certificado CELPE-BRAS a um falante de outra língua, temos a certeza de estar lhe oferecendo um passaporte oficial que, emitido pelo governo brasileiro e reconhecido pelos demais países lusófonos, vai lhe permitir um livre e produtivo trânsito por

um espaço de indescritível riqueza, diversidade e receptividade, espaço agregador de características de todos os cantos do mundo. Nossa língua... nossa pátria...

Referências Bibliográficas

- BRUMFIT, C. J.; JOHNSON, K. *The communicative approach to language*. Oxford University Press, 1994.
- CAROLL, Brendan J. Typologie des tests de langue. In: MONNERIE-GOARIN, A., LESCURE, R. *Évaluation et certifications en langue étrangère*. Paris: Edicef, 1993.
- DELL' ISOLA, Regina L.P. Aprendendo português no Brasil: o comunicativo e o estrutural nas aulas de português para estrangeiros. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, FALE/UFGM, v.17, (21): 99-113, jan/dez, 1997.
- JUDICE, Norimar. *Avaliação: etapa intermediária no processo de produção de textos*. Niterói: UFF/COSEAC, 1994.
- LOMBELLO, Leonor. Pressupostos para a elaboração de um exame de proficiência em Português para Estrangeiros. *TLA*, Campinas (21):31-6, jan./jun.1993.
- MIRA MATEUS, Maria Helena. Para uma política de língua do português. *Palavras*, (5):59-62, primavera de 1999. APP, Lisboa.
- SCARAMUCCI, Matilde. O projeto CELPE-BRAS no âmbito do Mercosul: contribuição para uma definição de proficiência comunicativa. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. *Português para estrangeiros: interface com o espanhol*. Campinas: Pontes, 1995.

Resumo

A necessidade de se exigir a comprovação de domínio de uma língua estrangeira é cada vez mais freqüente em um mundo no qual intercâmbios econômicos, culturais e políticos têm se multiplicado de forma acelerada. O conhecimento da língua e da cultura do outro funciona como passaporte que nos dá ingresso a novos espaços. No quadro de uma política de difusão de língua que se pretenda ágil e sintonizada com nosso tempo, buscar um sistema eficaz e confiável de certificação em Língua Portuguesa para estrangeiros que desejem estabelecer contato com nossa realidade e com nossa gente representa um desafio de monta. O exame para obtenção do Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-BRAS, instituído pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), constitui a proposta oficial brasileira nesse sentido. Em nossa exposição, apresentaremos a trajetória, os objetivos, os pressupostos e o arcabouço do referido exame, abordando ainda o perfil da população-alvo, a dinâmica dos processos de aplicação e de avaliação, e os níveis de certificação instituídos.

Abstract

The need to require proof of foreign language competence is increasingly common in the world of economic, cultural and political exchanges which is proliferating rapidly. Linguistic and cultural knowledge of other countries is a passport which allows us to enter new areas. Within a language diffusion policy that is intended to be agile and in tune with the times, the search for an efficient and reliable system of certification in Portuguese for foreigners who wish to enter into contact with our reality and with us represents a huge challenge. The examination for the *Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros – CELPE-BRAS* (Certificate in Portuguese for Foreigners), instituted by the Secretary for Higher Education of the Ministry of Education and Sports, constitutes the official Brazilian proposal for this system. In this presentation, we will show the trajectory, the aims, the presuppositions and the overall philosophy of this examination, as well as indicating the target population profile, the dynamic of the processes of application and evaluation, and the levels of certification established.